

**HABEAS CORPUS Nº 515.500 - SP (2019/0168266-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : PEDRO CESAR DI MUZIO  
**ADVOGADO** : PEDRO CESAR DI MUZIO - SP229858  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUIZ GUSTAVO LOURENCO BATISTA NASCIMENTO  
(PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Luiz Gustavo Lourenço Batista Nascimento** - condenado à pena de 13 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 1.640 dias-multa, como incurso nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, art. 14 da Lei n. 10.826/2003, c/c os arts. 61, I, do Código Penal, 40, V, da Lei n. 11.343/2006 e 69 do Código Penal (Processo n. 000204332.2016.8.26.0071 - fls. 49/77) -, em que se aponta como órgão coator o Tribunal de Justiça de São Paulo.

O excesso de prazo para o julgamento do recurso de apelação interposto em prol do ora paciente funda a presente impetração.

Requer, liminarmente e no mérito, *a concessão da ordem a fim de que se determine a imposição de medidas cautelares diversas da prisão ou que, subsidiariamente, o recurso de Apelação seja colocado em julgamento na primeira sessão de julgamento possível* (fl. 7).

Estes autos foram a mim distribuídos por prevenção do HC n. 386.900/SP, impetrado em favor do corréu Wesley Mota Gonzaga, que, em 2/2/2017, restou indeferido liminarmente.

É o relatório.

Segundo o entendimento jurisprudencial desta Corte, *eventual retardamento no julgamento do recurso de apelação só invalida a prisão se demonstrado que, em razão dessa demora, o paciente sofre constrangimento por tempo superior ao que seria razoável em face do dispositivo da sentença condenatória* (HC n. 230.694/SP, Ministro

Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe 30/4/2012)

Assim, tomando por conta a condenação imposta ao ora paciente em primeiro grau - *13 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão* -, aliado, outrossim, à multiplicidade de réus - *total de 15* -, não diviso, ao menos por ora, flagrante ilegalidade a ensejar o deferimento da tutela de urgência, cabendo, por prudência, reservar o exame do *thema decidendum* ao Colegiado.

**Indefiro**, portanto, a liminar.

Solicitem-se informações ao **Desembargador Relator do Tribunal de Justiça de São Paulo** a respeito do atual andamento da Apelação Criminal n. 0002043-32.2016.8.26.0071, interposta em favor do ora paciente, no prazo de 20 dias e, com essas, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Após, devolvam-se os autos.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator